

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SAÚDE DO CEARÁ (SESA)
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ - PAULO MARCELOS MARTINS RODRIGUES (ESP/CE)

EDITAL N° 03/2026

CADERNO DE PROVA
12 DE ABRIL DE 2026

INSTRUÇÕES

Prezado(a) Participante,

Para assegurar a tranquilidade no ambiente de prova, a eficiência da fiscalização e a segurança do processo de avaliação, lembramos a indispensável obediência aos itens do Edital e aos que seguem:

1. Deixe sobre a carteira APENAS caneta esferográfica de material transparente, tinta azul ou preta e documento de identidade. Os demais pertences deverão ser dispostos abaixo da carteira.
2. Antes de iniciar a resolução das 30 (trinta) questões, verifique se o Caderno de Prova está completo.
3. Qualquer imposição de defeito no Caderno deverá ser feita nos primeiros 30 (trinta) minutos após o início da prova.
4. Ao receber a Folha de Respostas, confira os dados do cabeçalho. Havendo necessidade de correção de algum dado, chame o fiscal. Não rasure a Folha de Respostas.
5. A prova tem duração de 3 (três) horas e o tempo mínimo de permanência em sala de prova é de 1 (uma) hora.
6. O Gabarito preliminar será disponibilizado exclusivamente pela internet, por meio do site da ESP/CE (www.esp.ce.gov.br) na seção de Seleções / Seleções Públicas 2026.
7. Ao terminar a prova, não esqueça de assinar a Lista de Presença e a Folha de Respostas no campo destinado à assinatura, bem como entregar a Folha de Respostas ao Fiscal de sala.
8. Conforme o Edital, item 8.4.7, não é permitido levar o caderno de provas após o término do exame.

 **ATENÇÃO** 

Os três últimos participantes só poderão deixar a sala simultaneamente e após a assinatura da Ata de Aplicação.

Nome: _____

CONHECIMENTOS GERAIS

TEXTO REFERÊNCIA PARA AS QUESTÕES 01 A 05.

Como conhecer jamais o menino? Para conhecê-lo tenho que esperar que ele se deteriore, e só então ele estará ao meu alcance. Lá está ele, um ponto no infinito. Ninguém conhecerá o hoje dele. Nem ele próprio. Quanto a mim, olho, e é inútil: não consigo entender coisa apenas atual, totalmente atual. O que conheço dele é a sua situação: o menino é aquele em quem acabaram de nascer os primeiros dentes e é o mesmo que será médico ou carpinteiro. Enquanto isso – lá está ele sentado no chão, de um real que tenho de chamar de vegetativo para poder entender. Trinta mil desses meninos sentados no chão, teriam eles a chance de construir um mundo outro, um que levasse em conta a memória da atualidade absoluta a que um dia já pertencemos? A união faria a força. Lá está ele sentado, iniciando tudo de novo mas para a própria proteção futura dele, sem nenhuma chance verdadeira de realmente iniciar. Não sei como desenhar o menino. Sei que é impossível desenhá-lo a carvão, pois até o bico de pena mancha o papel para além da finíssima linha de extrema atualidade em que ele vive. Um dia o domesticaremos em humano, e poderemos desenhá-lo. Pois assim fizemos conosco e com Deus. O próprio menino ajudará sua domesticação: ele é esforçado e coopera. Coopera sem saber que essa ajuda que lhe pedimos é para o seu auto-sacrifício.

Ultimamente ele até tem treinado muito. E assim continuará progredindo até que, pouco a pouco – pela bondade necessária com que nos salvamos – ele passará do tempo atual ao tempo cotidiano, da meditação à expressão, da existência à vida. Fazendo o grande sacrifício de não ser louco. Eu não sou louco por solidariedade com os milhares de nós que, para construir o possível, também sacrificaram a verdade que seria uma loucura. Texto extraído da obra Felicidade clandestina: contos : LISPECTOR, Clarice . Rio de Janeiro: Rocco,1998. Acesso pelo link: <https://share.google/SFRhOkCiLa6DoFDgM> em 13 de março de 2026.

QUESTÃO 01. No início do texto, a narradora afirma que não consegue conhecer o menino “apenas atual”. Isso significa que:

- a) O menino é difícil de encontrar fisicamente.
- b) O presente é difícil de compreender enquanto está sendo vivido.
- c) O menino não gosta de conversar.
- d) A narradora não se interessa pela infância.

QUESTÃO 02. Quando a autora afirma que o menino é “um ponto no infinito”, ela utiliza uma linguagem:

- a) científica
- b) literal
- c) figurada
- d) técnica

QUESTÃO 03. No trecho em que afirma que o menino poderá ser “médico ou carpinteiro”, a autora sugere:

- a) que todas as crianças devem ter a mesma profissão.
- b) a incerteza e as possibilidades do futuro.
- c) que o menino já escolheu sua profissão.
- d) que apenas duas profissões são possíveis.

QUESTÃO 04. Ao afirmar que “um dia o domesticaremos em humano”, a narradora critica principalmente:

- a) o processo de educação e socialização que molda o indivíduo.
- b) o trabalho infantil.
- c) a dificuldade das crianças em aprender.
- d) a falta de escolas na sociedade.

QUESTÃO 05. No final do texto, quando a narradora afirma que “não sou louco por solidariedade”, o sentido é que:

- a) a sociedade exige que as pessoas se adaptem às normas para viver em grupo.
- b) a loucura é necessária para viver bem.
- c) todas as pessoas são naturalmente loucas.
- d) a sociedade incentiva a liberdade total.

QUESTÃO 06. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) constitui um dos principais referenciais de organização das instituições educacionais. Considerando o que estabelece o documento da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), assinale a alternativa que melhor expressa a concepção e a função do PPP no âmbito institucional.

- a) Instrumento de planejamento institucional que define procedimentos administrativos e orçamentários necessários ao funcionamento da escola, priorizando a organização

burocrática e a prestação de contas aos órgãos de controle.

- b) Documento orientador que sistematiza concepções, princípios e diretrizes político-pedagógicas da instituição, funcionando como referência para a gestão, para os processos formativos e para a articulação das práticas educacionais desenvolvidas.

- c) Plano técnico-pedagógico voltado prioritariamente à padronização curricular dos cursos ofertados, assegurando uniformidade metodológica e controle acadêmico centralizado.

- d) Documento normativo elaborado pela gestão superior para disciplinar as atividades acadêmicas e administrativas, estabelecendo regras de funcionamento e metas institucionais previamente definidas.

QUESTÃO 07. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola de Saúde Pública do Ceará ESP/CE articula dimensões que expressam tanto a intencionalidade social da educação quanto os meios pedagógicos para sua concretização. Considerando o que estabelece o documento da escola, assinale a alternativa que interpreta corretamente as dimensões “política” e “pedagógica” do projeto institucional.

- a) A dimensão política refere-se ao alinhamento da escola às diretrizes eleitorais vigentes e às orientações governamentais do período; a dimensão pedagógica diz respeito à organização da carga horária e das atribuições docentes.

b) A dimensão política está relacionada à definição das prioridades orçamentárias da instituição; a dimensão pedagógica consiste na seleção de tecnologias educacionais e plataformas digitais utilizadas nas atividades formativas.

c) A dimensão política traduz o pensamento e a ação, expressando uma visão do mundo, e do estudante que se deseja; a dimensão pedagógica refere-se a possibilidade de tornar real a intenção da escola, subsidiando a orientação educativa no cumprimento de seus propósitos.

d) A dimensão política corresponde ao estabelecimento de regras normativas para o funcionamento do sistema de saúde; a dimensão pedagógica refere-se à aplicação de avaliações teóricas padronizadas como principal mecanismo formativo.

QUESTÃO 08. Sobre a natureza jurídica e administrativa da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), assinale a alternativa correta:

a) É uma fundação privada com fins lucrativos, vinculada ao Ministério da Educação.

b) É uma autarquia estadual vinculada à Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (Sesa), com autonomia administrativa e financeira.

c) É um órgão da administração direta, sem personalidade jurídica própria ou patrimônio próprio.

d) É uma fundação pública vinculada à Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (Sesa), com autonomia administrativa e

financeira.

QUESTÃO 09. No processo de elaboração do Planejamento Estratégico (PE) da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE) para o período de 2024–2027, foram mobilizados diferentes atores institucionais e definidos elementos estruturantes para orientar a atuação da escola no médio prazo.

Com base no texto apresentado, assinale a alternativa que interpreta corretamente as características e finalidades do processo de elaboração do Planejamento Estratégico da ESP/CE.

a) O Planejamento Estratégico da ESP/CE foi elaborado exclusivamente pela alta direção da instituição, com foco na definição de metas administrativas internas, sem relação direta com instrumentos governamentais de planejamento.

b) A formulação do Planejamento Estratégico ocorreu de forma pontual e restrita à definição de projetos isolados, sem integração com metas institucionais ou com o planejamento governamental mais amplo.

c) O Planejamento Estratégico foi concebido prioritariamente como instrumento de controle orçamentário, destinado a estabelecer limites financeiros e normas de execução para as unidades administrativas da instituição.

d) A elaboração do Planejamento Estratégico envolveu dirigentes e gestores institucionais, resultando na definição de objetivos, metas e projetos estratégicos, alinhados às diretrizes do Plano Plurianual (PPA) e ao Plano de Ação das unidades orgânicas para o período de

2024-2027.

QUESTÃO 10. De acordo com o Projeto Político Pedagógico da ESP/CE, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é definido como um colegiado:

- Interdisciplinar, independente e normativo, de relevância pública, sem fins lucrativos.
- Subordinado tecnicamente à Diretoria Administrativa, com fins lucrativos e caráter puramente consultivo.
- Formado exclusivamente por pesquisadores externos à instituição para garantir a neutralidade total.
- Executivo, responsável pela realização direta das coletas de dados em todas as pesquisas da escola.

QUESTÃO 11. O Art. 197 da Constituição Federal trata da relevância pública das ações e serviços de saúde. Sobre a execução dessas ações, é correto afirmar que:

- Devem ser executadas obrigatoriamente e de forma direta apenas pelo Poder Público.
- Cabe ao Poder Público dispor sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, mas a execução pode ocorrer por meio de terceiros.
- A execução por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado é vedada em qualquer hipótese.
- O controle e a fiscalização das ações de saúde são de responsabilidade exclusiva da iniciativa privada quando esta executa o serviço.

QUESTÃO 12. No que tange à participação da

iniciativa privada no sistema de saúde, o Art. 199 da Constituição Federal define que:

- A assistência à saúde é vedada à iniciativa privada, sendo monopólio do Estado.
- As instituições privadas podem participar do SUS de forma complementar, mediante contrato de direito público ou convênio.
- Na participação complementar, deve-se dar preferência às instituições privadas com fins lucrativos.
- O Poder Público pode destinar recursos para auxílios ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos.

QUESTÃO 13. Sobre a participação de capital estrangeiro na assistência à saúde no Brasil, o texto constitucional determina que:

- É livre e amplamente incentivada pelo Estado como forma de promover o aumento da competitividade entre as instituições de saúde.
- É permitida apenas em municípios de pequeno porte que possuam população inferior a cinquenta mil habitantes devidamente registrados.
- É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros, salvo nos casos específicos previstos em lei.
- É obrigatória para o suporte financeiro de hospitais universitários vinculados às instituições públicas federais de ensino superior.

QUESTÃO 14. Ao Sistema Único de Saúde (SUS) compete, conforme o Art. 200 da Constituição Federal, além de outras

atribuições:

- a) Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde e fiscalizar alimentos e seu teor nutricional.
- b) Controlar a produção de medicamentos, mas sem participar do desenvolvimento científico.
- c) Cuidar apenas da saúde humana, sem qualquer atribuição sobre a proteção do meio ambiente.
- d) Fiscalizar apenas bebidas alcoólicas, excluindo águas para consumo humano de seu controle.

QUESTÃO 15. O Art. 7º da Lei nº 8.080/1990 estabelece os princípios que regem as ações e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Sobre a "Integralidade da Assistência", o texto legal a define como:

- a) A prioridade absoluta das ações curativas sobre as preventivas em todos os níveis de assistência médica.
- b) O conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos exigidos para cada caso.
- c) O atendimento médico restrito aos cidadãos que contribuem ativamente para o sistema de seguridade social.
- d) A garantia de acesso apenas aos serviços de atenção básica para toda a população residente no país.

QUESTÃO 16. No campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme previsto no Art. 6º da Lei nº 8.080/1990, está incluída a execução de ações de vigilância

sanitária. A lei define vigilância sanitária como:

- a) O controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde da população.
- b) O conjunto de ações focado exclusivamente no tratamento de doenças infectocontagiosas em ambiente hospitalar.
- c) A fiscalização restrita ao ambiente de trabalho de servidores públicos lotados em unidades da federação.
- d) A atividade de polícia ostensiva destinada ao fechamento de estabelecimentos comerciais sem alvará civil.

QUESTÃO 17. Quanto à organização e gestão do SUS, o Art. 9º da Lei nº 8.080/1990 determina que a direção do sistema é única e exercida em cada esfera de governo por órgãos específicos. No âmbito dos Municípios, essa direção cabe:

- a) À respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente, garantindo a autonomia da gestão municipal.
- b) Ao Ministério da Saúde, que coordena as ações locais através de intervenções diretas e permanentes.
- c) Ao Conselho Municipal de Saúde, que exerce a função executiva e administrativa de todos os serviços.
- d) À Secretaria Estadual de Saúde, que assume a gestão plena dos recursos devido à hierarquização do SUS.

QUESTÃO 18. De acordo com o Art. 23 (redação atual) da Lei nº 8.080/1990, a

participação direta ou indireta de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde no Brasil é permitida em casos como:

- a) Instalação, operacionalização ou exploração de hospitais gerais, inclusive os de natureza filantrópica.
- b) Compra de terras para exploração mineral em territórios onde existam unidades de pronto atendimento.
- c) Gestão exclusiva de fundos de pensão de servidores públicos federais da área da vigilância sanitária.
- d) Contratação de profissionais médicos estrangeiros para atuação em zonas de fronteira sem registro local.

QUESTÃO 19. O processo de planejamento e orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) deve ser:

- a) Descendente, do nível federal até o local, visando a centralização das decisões estratégicas da União.
- b) Ascendente, do nível local até o federal, ouvidos os órgãos deliberativos em cada esfera de gestão.
- c) Elaborado anualmente pelos conselhos de medicina, sem a participação das secretarias de saúde locais.
- d) Independente das disponibilidades de recursos, focando apenas nas necessidades teóricas de saúde.

QUESTÃO 20. Sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde, a responsabilidade por incorporar ou excluir novos medicamentos no SUS é:

- a) Do Conselho Federal de Medicina, após consulta pública com as entidades representativas da classe.
- b) Dos Municípios, que possuem autonomia plena para padronizar medicamentos de alta complexidade.
- c) Do Ministério da Saúde, assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.
- d) Das indústrias farmacêuticas, que submetem seus produtos diretamente aos hospitais universitários.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21. A Educação Permanente em Saúde (EPS) é definida nas fontes como uma estratégia político-pedagógica fundamental para o SUS. Segundo o documento, o objeto central da EPS é:

- a) A atualização técnica isolada de profissionais de saúde em conformidade com as diretrizes acadêmicas.
- b) Os problemas e necessidades emanados do processo de trabalho em saúde, relacionando ensino e gestão.
- c) A fiscalização rigorosa do cumprimento de metas quantitativas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.
- d) A contratação de novos servidores para suprir a insuficiência de pessoal em municípios de pequeno porte.

QUESTÃO 22. A Educação Permanente em

Saúde (EPS) é um pilar fundamental para a qualificação do SUS. No contexto das diretrizes de formação na saúde, a EPS é definida como:

- a) estratégia político-pedagógica que toma como objeto os problemas e necessidades emanadas do processo de trabalho em saúde.
- b) metodologia de ensino a distância voltada para a atualização técnica de profissionais que atuam em municípios de pequeno porte.
- c) política de gestão de pessoas que visa exclusivamente a contratação e alocação de profissionais em áreas de difícil acesso.
- d) prática de capacitação pontual que utiliza cursos de curta duração para resolver falhas operacionais urgentes nos serviços de atenção especializada.

QUESTÃO 23. No processo de elaboração do Plano de Educação Permanente em Saúde (PEPS), a dimensão técnica possui um papel específico. No planejamento das ações de saúde, esta dimensão:

- a) envolve princípios e valores éticos, morais e culturais, que não são necessariamente consensuais e muitas vezes são conflitivos.
- b) refere-se à estimativa que leva em conta a identificação dos recursos necessários à execução plena das atividades previstas.
- c) baseia-se na utilização de diversas informações, conhecimentos e tecnologias que permitem a identificação, descrição e análise dos problemas existentes.
- d) implica na revisão dos modelos pedagógicos utilizados no campo da Educação em Saúde para a adoção de metodologias de ensino-aprendizagem mais adequadas.

QUESTÃO 24. Na seleção de problemas para o Plano de Educação Permanente em Saúde (PEPS), aplicam-se critérios de priorização para superar o senso comum. O critério de "Viabilidade" é definido como aquele que:

- a) refere-se especificamente à existência de uma vontade política favorável ao desenvolvimento das ações de Educação Permanente em Saúde.
- b) é avaliado em termos do impacto negativo que a permanência desse problema pode vir a ter sobre o processo de trabalho em saúde.
- c) consiste na medida da disponibilidade de recursos financeiros, humanos e materiais necessários para a realização das atividades propostas.
- d) deve ser avaliado em função da necessidade de enfrentamento imediato em decorrência de pressões políticas ou demandas da situação epidemiológica local.

QUESTÃO 25. Dentro da proposta metodológica do planejamento situacional para o PEPS, o primeiro momento (Análise da Situação) é crucial. Este momento inclui a:

- a) definição do volume de recursos financeiros, por fonte, que serão destinados ao cumprimento dos diversos Módulos Operacionais previstos.
- b) seleção de problemas prioritários e a elaboração de Objetivos e Metas referentes às atividades de EPS que se pretende realizar no prazo do Plano.
- c) identificação e análise dos Problemas existentes em termos de insuficiência de

pessoal, má distribuição e inadequação dos perfis profissionais.

d) apresentação do PEPS nas instâncias gestoras, como a Comissão Intergestores Bipartite e os Conselhos de Saúde, para recolher subsídios e promover o aperfeiçoamento.

QUESTÃO 26. A definição de Educação em Saúde adotada pelo Ministério da Saúde e citada no artigo "Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva" reflete uma mudança de paradigma em relação às práticas tradicionais. Segundo o texto, esse conceito é compreendido como um:

- a) Processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população.
- b) conjunto de técnicas de marketing social voltadas para a mudança de comportamentos individuais de risco por meio de campanhas de massa.
- c) método de ensino formal destinado aos profissionais de saúde para que estes possam prescrever hábitos de vida saudáveis às comunidades carentes.
- d) sistema de transmissão vertical de informações técnico-científicas que visa reduzir a ignorância da população sobre as causas biológicas das doenças.

QUESTÃO 27. Ao analisar as implicações pedagógicas da Educação em Saúde sob a ótica de um processo político-pedagógico, observa-se que a prática educativa:

a) prioriza a educação bancária, na qual o profissional de saúde deposita o conhecimento técnico no usuário para garantir a eficácia do tratamento clínico.

b) fundamenta-se na aplicação de protocolos de prevenção de doenças que dividem a responsabilidade entre os trabalhadores da saúde e os da educação.

c) requer o desenvolvimento de um pensar crítico e reflexivo, permitindo desvelar a realidade e propor ações transformadoras.

d) limita-se à transmissão massiva de informações sanitárias para o controle de epidemias, sem considerar a dimensão histórico-social do processo saúde-doença.

QUESTÃO 28. Historicamente, o termo "educação e saúde" (com a conjunção "e") foi utilizado para designar uma prática específica no Brasil. O emprego dessa expressão:

a) representa a integração plena entre os saberes populares e o conhecimento científico dentro da Estratégia Saúde da Família.

b) refere-se à modalidade de pós-graduação stricto sensu voltada para a formação de mestres e doutores em Saúde Coletiva nas universidades federais.

c) descreve o movimento de educação popular que surgiu na década de 1960 influenciado pelas ideias democráticas de Paulo Freire.

d) pode ter se originado dessa prática, indicando um paralelismo entre as duas áreas, com separação explícita dos seus instrumentos de trabalho.

QUESTÃO 29. No campo da "Educação na

Saúde", estabelecem-se distinções cruciais entre Educação Continuada e Educação Permanente. Sobre a Educação Permanente, afirma-se que ela:

- a) baseia-se em atividades de ensino após a graduação, com duração definida e utilização de metodologia tradicional, como os cursos de especialização.
- b) foca na aquisição sequencial e acumulativa de informações técnico-científicas pelo trabalhador por meio de escolarização formal e vivências laborais.
- c) consiste em ações educativas embasadas na problematização do processo de trabalho em saúde e que tenham como objetivo a transformação das práticas profissionais.
- d) caracteriza-se por alternativas educacionais centradas no desenvolvimento de grupos profissionais específicos através de publicações em campos determinados.

QUESTÃO 30. A Educação Popular em Saúde apresenta-se como uma estratégia de enfrentamento aos modelos hegemônicos. Essa modalidade:

- a) utiliza estratégias autoritárias e tecnicistas, tratando as classes populares como passivas e incapazes de iniciativas próprias no cuidado à saúde.
- b) propõe que a origem dos problemas sanitários é de responsabilidade individual, não contextualizando os problemas de forma crítica ou coletiva.
- c) deve ser realizada de forma massiva, como nas campanhas sanitárias, para garantir que a informação chegue aos locais onde não há

serviços de saúde.

- d) passou a se constituir em uma estratégia de enfrentamento aos problemas de saúde encontrados, procurando fortalecer os movimentos sociais.